

GPEARi

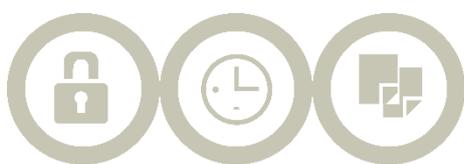
Gabinete de Planeamento, Estratégia,
Avaliação e Relações Internacionais
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

•
Office for Economic Policy
and International Affairs
MINISTRY OF FINANCE



PLANO DE ATIVIDADES 2019

PLANO DE ATIVIDADES 2019



FICHA TÉCNICA

Título

PLANO DE ATIVIDADES DO GPEARI • 2019

Data

julho • 2019

Edição

Gabinete de Planeamento, Estratégia e Avaliação e Relações Internacionais • Ministério das Finanças
Rua da Alfândega, 5A - 1100 - 016 Lisboa • Telefone: +351 218 823 390 • Fax: +351 218 823 399

www.gpeari.gov.pt

ÍNDICE

MENSAGEM DA DIREÇÃO	7
SUMÁRIO EXECUTIVO	9
1. ENQUADRAMENTO ORGANIZACIONAL	11
2. SERVIÇOS PRESTADOS, UTILIZADORES E INTERLOCUTORES	14
3. RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS	17
4. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E OPERACIONAIS	19
4.1. OBJETIVOS OPERACIONAIS - QUAR 2019	23
4.2. OBJETIVOS OPERACIONAIS - ATIVIDADES EXTRA-QUAR	25
5. MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	27
6. CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO	29
ANEXO I	30

ÍNDICE DE QUADROS E FIGURAS

Figura 1 Estrutura Orgânica do GPEARI.....	13
Figura 2. Utilizadores e interlocutores do GPEARI	16
•	
Quadro 1 Postos de trabalho previstos para 2019.....	17
Quadro 2 Orçamento Inicial do GPEARI para 2018 e 2019	17
Quadro 3 QUAR 2019 – objetivos operacionais e indicadores	23
Quadro 4 Objetivos operacionais e indicadores extra-QUAR	25

MENSAGEM DA DIREÇÃO

Em 2019, o Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) continuará a afirmar-se como o gabinete de estudos e relações internacionais do Ministério das Finanças (MF), consolidando uma posição de relevo no apoio à formulação, monitorização e avaliação de políticas públicas.

Em meados de 2018, com a publicação do Decreto-Regulamentar n.º 7/2018 de 13 julho, foram redefinidas as competências do GPEARI, tendo sido alargado e aprofundado, de forma substantiva, o seu âmbito de atuação.

O presente Plano de Atividades propõe, assim, corporizar as alterações definidas nessa alteração orgânica e dar continuidade à operacionalização da estratégia definida para o período 2019-2023, alinhando os colaboradores com a visão de liderança.

Os objetivos estratégicos definidos refletem três grandes prioridades: a dinamização da representação e apoio técnico à definição, acompanhamento e avaliação de políticas do MF; a promoção da representação e defesa dos interesses nacionais no contexto europeu e internacional; e o desenvolvimento de uma política de gestão integrada de valorização do capital humano e de racionalização eficiente de recursos.

O GPEARI pretende assumir-se como um referencial para a Administração Pública na produção de estudos de elevados padrões de qualidade e inovação, contribuindo para a criação de valor e transmissão de conhecimento, garantindo o acesso à informação relevante de natureza política, estatística e económica.

De sublinhar a importância de garantir o aprofundamento de relações privilegiadas com outros gabinetes similares, com a sociedade civil, com a academia e com outras instituições nacionais e internacionais com competências semelhantes, beneficiando, assim, da partilha das melhores práticas profissionais e de informações relevantes para a sua atuação, potenciando a capacidade técnica dos seus recursos humanos.

De destacar o desenvolvimento de um projeto apoiado pelo Programa de Apoio às Reformas Estruturais (PARE) da Comissão Europeia, que envolve apoio técnico especializado de entidades externas para capacitação interna, em termos de avaliação de políticas públicas e melhoria do processo de quantificação macroeconómica do impacto das reformas estruturais.

Refere-se, também, a elaboração de contributos técnicos e coordenação da posição nacional, no âmbito da participação e colaboração em reuniões, comités e grupos de trabalho de

organizações nacionais e comunitárias, Instituições Financeiras Internacionais e Cimeiras ou Grupos de Trabalho Bilaterais.

A nível interno, o GPEARI continuará a dar prioridade ao desenvolvimento de uma política global de modernização administrativa, tendo em vista melhorar a eficiência e a qualidade do serviço prestado. Em 2019, assistimos a uma aposta clara na definição de uma nova política de comunicação e imagem, bem como na reorganização e desmaterialização dos seus processos internos, potenciada pela utilização das tecnologias de informação e comunicação.

Em 2019, será implementada uma nova imagem, envolvendo a criação de um novo logótipo e de toda a imagética associada. Dá-se, assim, início à implementação do Projeto SIPA - Sistema Integrado de Processos e Atividades, o qual conta com financiamento do SAMA2020, destacando-se, em 2019, o lançamento do novo Portal GPEARI.

Todos estes projetos, incluídos neste Plano de Atividades, são exigentes e implicam um forte compromisso por parte de toda a organização, com um processo de melhoria contínua com grande potencial transformador, projetando o GPEARI como referencial de excelência, rigor e inovação.

Manteremos a aposta na valorização e capacitação das pessoas e na gestão do conhecimento, fatores indispensáveis ao sucesso da estratégia.

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Plano de Atividade do GPEARI para 2019 resulta de uma alargada reflexão interna sobre as principais temáticas sobre as quais nos debruçamos e os serviços que prestados aos mais diretos clientes e *stakeholders*.

Num ano, que se espera de maior estabilidade, mas também de crescimento e aprofundamento de algumas matérias, decorrente da reestruturação orgânica ocorrida em meados de 2018, pretende-se uma abordagem mais integrada, levando as unidades orgânicas a olharem de forma crítica e introspetiva para as suas atividades e procedimentos.

Nos últimos anos, têm sido colocados ao GPEARI sistemáticos desafios, bastante exigentes para uma estrutura da sua dimensão, em parte decorrentes do contexto económico que Portugal tem enfrentado, que se traduz numa enorme pressão para o Ministério das Finanças. Este desafio reflete-se especialmente no apoio à definição, monitorização e avaliação de políticas públicas, cujo constante escrutínio, quer no plano nacional quer no plano europeu, obrigam a uma cada vez mais criteriosa e eficiente gestão dos recursos.

Neste contexto, a reestruturação orgânica publicada em 2018, permitirá ao GPEARI assumir-se como um referencial para a Administração Pública, relevando as suas capacidades analíticas por forma a incrementar o apoio prestado à tomada de decisão, através de uma mais adequada concretização dos objetivos de política, em consonância com a sua missão e atribuições.

Para tal, o GPEARI conta, para o ano de 2019, com um mapa de pessoal de 74 lugares, ligeiramente abaixo ao do ano anterior (77), contudo apenas se encontravam preenchidos 65 lugares no final do ano de 2018. Com efeito, o recrutamento e retenção de funcionários, a par da constante capacitação e valorização, serão alguns dos principais desafios que se colocam à Administração Pública, em geral, e ao GPEARI em particular.

No que respeita aos recursos financeiros, a dotação atribuída ao GPEARI estabilizou em 3,3 milhões de euros para 2019, garantindo o mesmo plafond de 2017 e 2018, importando ressalvar que foi acomodado neste plafond, pela primeira vez, o valor necessário para fazer face ao princípio da onerosidade.

De referir, ainda, que o GPEARI viu aprovada uma candidatura SAMA 2020, no valor global de 284.238,30€, com período de execução de 24 meses e cujo apoio FEDER ascenderá a

161.873,71€. Para 2019 o GPEARI inscreveu no seu orçamento a quantia de 63.825€, relativo à contrapartida nacional e igual valor de apoio comunitário.

Neste sentido, apresenta-se um Plano de Atividades e respetivo QUAR, onde são evidentes as atividades e objetivos a destacar e que representam o principal pilar de atuação do GPEARI, a par de um conjunto mais alargado de objetivos que cobrem a maior parte das atribuições definidas. Os objetivos estratégicos definidos para o período 2019-2023 vieram permitir um alinhamento estratégico mais claro e estruturado com os objetivos operacionais, que se perspectiva que venha a contribuir para a melhoria do desempenho organizacional e para a crescente qualidade dos serviços prestados.

1. ENQUADRAMENTO ORGANIZACIONAL

Com a publicação do Decreto-Regulamentar n.º 7/2018 de 13 julho¹, o GPEARI viu redefinida a sua missão, as atribuições e o tipo de organização interna. Este novo enquadramento regulamentar veio reorganizar e clarificar um conjunto de atribuições, pretendendo contribuir para a criação das bases estruturais que garantam ao GPEARI a capacidade para prestar aconselhamento técnico de apoio à tomada de decisão na área de governação das Finanças, no âmbito das suas competências e com base na melhor e mais recente informação disponível.

O GPEARI é um serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa, traduzindo-se a sua **missão, visão e valores** num compromisso, com a tutela, com os parceiros institucionais e *stakeholders*, com o cidadão e principalmente com a sua organização e colaboradores.

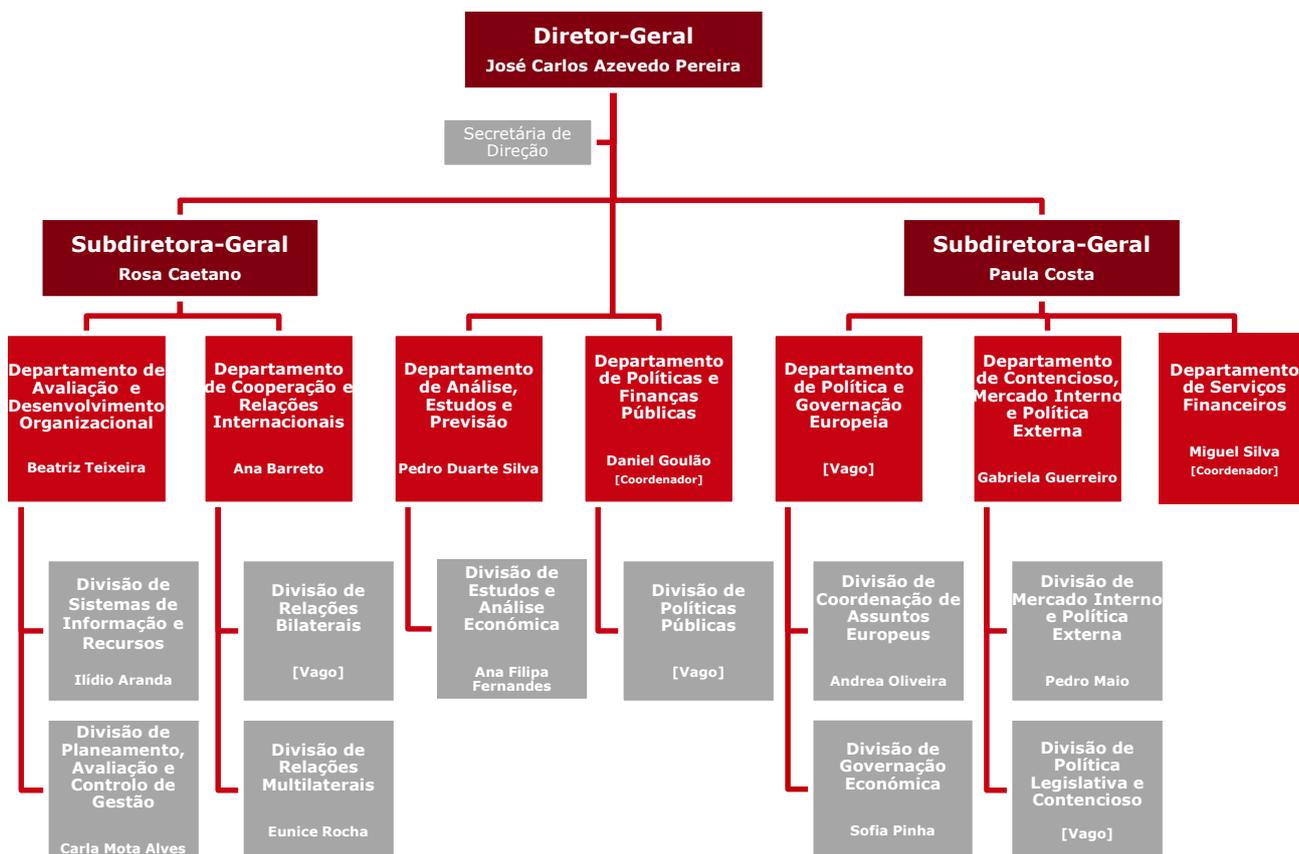
¹ Revogando o Decreto-Regulamentar n.º 48/2012 de 22 de agosto e o Decreto-Regulamentar n.º 3/2015, de 15 de abril. A Portaria n.º 227/2018, de 13 de agosto, veio definir a nova estrutura nuclear e as unidades orgânicas flexíveis constam do Despacho n.º 10003/2018, de 26 de outubro de 2018 e do Despacho n.º 5906/2019, de 27 de junho.

Figura 1 | Missão, visão e valores



A **estrutura interna** do GPEARI traduz a orgânica prevista no decreto-regulamentar, estando organizada em sete departamentos.

Figura 2 | Estrutura Orgânica do GPEARI



2. SERVIÇOS PRESTADOS, UTILIZADORES E INTERLOCUTORES

As **atribuições** definidas no número 2 do Artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 7/2018, de 13 de julho, traduzem a diversidade e transversalidade do âmbito de atuação do GPEARI na área de governação das Finanças.

O GPEARI tem vindo ao longo dos últimos anos a alargar o âmbito da sua atuação, sendo a sua atividade determinada pelas dinâmicas do contexto económico do país e da União Europeia, o que se tem traduzido em crescentes exigências no que respeita às solicitações que lhe são dirigidas. Este crescimento de atribuições tem vindo a ser garantido num cenário de racionalização de recursos, destacando-se como principais os serviços prestados pelo GPEARI os abaixo descritos.

Figura 3 | Principais serviços prestados



Os serviços e áreas de atuação desenvolvidas pelo GPEARI traduzem-se num conjunto alargado de atividades e produtos, entre os quais destacamos os seguintes:

▶ Elaboração de estudos económico-financeiros e outros documentos de natureza técnica que contribuam para a formulação, o acompanhamento e a avaliação de políticas; e, em particular, o Modelo Anual Macroeconómico da Economia Portuguesa; o Modelo Trimestral Macroeconómico da Economia Portuguesa; o Modelo das Reformas Estruturais; o Modelo de Pensões (em articulação com o grupo de trabalho do Ageing); a determinação da evolução trimestral e anual do Saldo Global das Administrações Públicas em Contabilidade Nacional.

▶ Coordenação do Conselho para a Produtividade, em modelo rotativo com o GEE do Ministério da Economia.

▶ Coordenação da edição e elaboração de contributos para documentos oficiais, entre os quais, o Programa de Estabilidade, o Relatório que acompanha a Proposta de Lei do Orçamento do Estado, as Grandes Opções do Plano e a Conta Geral do Estado.

▶ Recolha e centralização de informação, preparação de missões e reuniões, coordenação dos vários ministérios e entidades envolvidas e partilha de informação com as entidades internacionais, no âmbito do pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, do Semestre Europeu e de outros exercícios associados à participação nacional em instituições internacionais.

Publicações periódicas, disponibilizadas na Internet, das quais se destacam:

- Boletim Mensal de Economia Portuguesa, publicação mensal dedicada à análise de conjuntura nacional e internacional, contendo análises sobre os principais temas da economia nacional, elaborado em parceria com o Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia;
- Indicadores Mensais de Conjuntura e Síntese Diária dos Indicadores de Conjuntura;
- ▶ • Notas de Preços, Nota de Indicadores de Curto-Prazo, Nota de Empréstimos e Nota de Comércio Externo;
- Dossiers de Finanças Públicas (Portugal e Comparações Internacionais);
- *Portugal Latest Key Development*;
- *Newsletter* da área internacional.

▶ Contributos técnicos e coordenação da posição nacional, no âmbito da participação e colaboração em reuniões, comités e grupos de trabalho de organizações nacionais e comunitárias, Instituições Financeiras Internacionais e Cimeiras ou Grupos de Trabalho Bilaterais.

▶ Acompanhamento e participação na Transposição de Diretivas comunitárias que incidam sobre matérias enquadradas nas áreas de atuação do MF.

▶ Financiamento e coordenação da execução dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica com os Países de Língua Oficial Portuguesa e no âmbito da CPLP.

▶ Coordenação e participação nos órgãos que asseguram o bom funcionamento do Acordo de Cooperação Cambial com Cabo Verde e do Acordo de Cooperação Económica com São Tomé e Príncipe, vocacionados para a promoção da estabilidade macroeconómica em ambos os países e o fomento das suas relações económicas e financeiras com Portugal e com a UE.

▶ Promoção de iniciativas potenciadoras da internacionalização da economia nacional.

▶ Disseminação de informação selecionada sobre oportunidades de *procurement* para empresas e consultores nacionais e informação geral sobre estratégias de abordagem das empresas nacionais ao mercado de *procurement* das IFI.

▶ Apoio técnico à implementação do SIADAP 1 e Avaliação do desempenho dos serviços do MF.

▶ Acompanhamento e monitorização do Programa "Pagar a Tempo e Horas".

▶ Coordenação da implementação da política de igualdade de género a nível do ministério.

O GPEARI, enquanto serviço de apoio à governação do Ministério das Finanças, tem como principal utilizador dos serviços prestados a equipa dos gabinetes governamentais. Acresce que também os restantes organismos do MF são clientes/utilizadores dos serviços do GPEARI.

A par deste conjunto de *stakeholders* destacam-se ainda utilizadores e interlocutores externos, onde se incluem outros ministérios e serviços da Administração Pública, o Conselho das Finanças Públicas, a UTAO e organizações e instituições estrangeiras e internacionais, onde se incluem diversos serviços da Comissão Europeia, a OCDE, o FMI, o BCE, as Instituições Financeiras Internacionais, os Ministérios das Finanças de países terceiros, designadamente dos países da CPLP e várias entidades do sector privado.

Para além destes, e não só os que decorrem do acompanhamento do pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro e dos restantes processos regulares de supervisão a que Portugal está sujeito tal como os restantes estados-membros, existem ainda outros interlocutores do GPEARI, tais como: o Ministério da Economia, o Ministério dos Negócios Estrangeiros (incluindo a REPER em Bruxelas), o Instituto Nacional de Estatística, o Banco de Portugal, a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, a aicep Portugal Global, bem como ordens profissionais e associações do setor financeiro.

Figura 4. Utilizadores e interlocutores do GPEARI



3. RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS

O GPEARI para o ano de 2019 conta com um mapa de pessoal aprovado de 74 colaboradores, para concretizar as suas atribuições e orientações estratégicas.

Quadro 1 | Postos de trabalho previstos para 2019

Direção Superior e Intermédia	Técnico Superior Especialista em Orçamento e Finanças Públicas	Técnico de Informática	Assistente Técnico	Assistente Operacional
19	46	4	4	1
74				

Em 31 de dezembro de 2018, o GPEARI contava, tal como no final do ano de 2017, com 65 colaboradores, sendo necessário reforçar a política de recrutamento por forma a conseguir manter os atuais níveis de recursos disponíveis, atendendo às saídas previstas e à elevada rotatividade que caracteriza os efetivos do GPEARI.

Em termos de recursos financeiros, a dotação atribuída ao GPEARI estabilizou em 3,3 milhões de euros para 2019, garantindo o mesmo plafond de 2017 e 2018, que se encontra subdividido em orçamento de "Funcionamento" (cerca de 85%) e orçamento de "Cooperação" (cerca de 15%).

Quadro 2 | Orçamento Inicial do GPEARI para 2018 e 2019

	Orçamento Funcionamento			Orçamento Cooperação			Orçamento Total		
	2018	2019	Δ	2018	2019	Δ	2018	2019	Δ
Despesas com o pessoal	2 326 782€	2 325 572€	-0,1%	526 026€	394 229€	-25,1%	2 852 808€	2 719 801€	-4,7%
Aquisição de bens e serviços	267 060€	504 817€	89,0%	169 000€	122 000€	-27,8%	436 060€	626 817€	43,7%
Outras despesas	0€	0€	0,0%	250€	0€	-100,0%	250€	0€	-100,0%
Aquisição de bens de capital	52 000€	4 500€	-91,3%	20 000€	0€	n.a.	72 000€	4 500€	-93,8%
Total	2 645 842€	2 834 889€	7,1%	715 276€	516 229€	-27,8%	3 361 118€	3 351 118€	-0,3%

Importa destacar a redução de 4,7% de despesas com o pessoal e de 93,8% nas aquisições de bens de capital, decorrentes da necessidade de reforço nas aquisições de bens e serviços (acrécimo de 43,7%, face a 2018), resultante essencialmente do Princípio da Onerosidade e da inscrição da contrapartida nacional para uma candidatura ao Sistema de Apoio à Modernização Administrativa – SAMA2020². Não obstante, e em consequência dos ajustamentos efetuados a dotação relativa às deslocações e estadas vê a sua dotação reduzir em 6,7%.

² Ao total 3 351 118€, correspondentes a transferências do Orçamento de Estado, acrescem 63 825 € correspondentes ao financiamento esperado relativo ao Sistema de Apoio à Modernização Administrativa.

4. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E OPERACIONAIS

A alteração orgânica ocorrida durante o ano de 2018 potenciou a redefinição e realinhamento das linhas estratégicas com a missão e atribuições acometidas ao GPEARI, bem como dos seus objetivos estratégicos.

Da análise aprofundada das suas principais áreas de atuação, das linhas orientadoras e do contexto económico e financeiro do país, resultou uma definição clara, concisa e pertinente dos Objetivos Estratégicos para o período 2019-2023.

OE
1

CONTEXTO NACIONAL

Dinamizar a representação e o apoio técnico à definição, acompanhamento e avaliação de políticas do MF

Potenciar a criação e o aperfeiçoamento das bases e do conhecimento para a formulação e definição de políticas, contribuindo para tomada de decisão sustentada e para a melhoria contínua das políticas implementadas, gerando valor acrescentado, valorizando o apoio técnico e projetando o GPEARI como um centro de excelência.

OE
2

CONTEXTO INTERNACIONAL

Promover a representação e defesa dos interesses nacionais no contexto europeu e internacional

Reforçar a sua capacidade, conhecimento e sentido de análise para garantir a representação e defesa dos interesses envolvidos.

OE
3

CONTEXTO INTERNO - PESSOAS

Desenvolver uma política de gestão integrada de valorização do capital humano e de racionalização eficiente de recursos

Melhorar a capacitação, valorização, retenção e formação dos recursos, apostando em melhorias de eficiência e produtividade, fomentando a cultura organizacional, num contexto de exigente gestão de ativos.

Para a concretização dos objetivos estratégicos definidos, foram identificados 21 objetivos operacionais, que traduzem as principais áreas de atuação das unidades orgânicas e constituem o Plano de Atividades para 2019 do GPEARI.

Não obstante, para a identificação dos objetivos operacionais a constar do QUAR foram aplicados critérios de relevância e concretização da estratégia, associados às circunstâncias específicas para o ano de 2019. Com efeito, constam do QUAR os objetivos operacionais que melhor traduzem as prioridades para este ano, bem como os objetivos que relevam para melhorias de eficiência, eficácia e qualidade dos serviços prestados. Os restantes objetivos operacionais, que contribuem igualmente para a prossecução dos objetivos estratégicos, são considerados “extra-QUAR”.

Assim, o alinhamento estratégico entre todos os objetivos operacionais que contribuem para a prossecução dos objetivos estratégicos é o seguinte:

OE1 • Dinamizar a representação e o apoio técnico à definição, acompanhamento e avaliação de políticas do MF

<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar o apoio técnico à elaboração de documentos de política económica e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF (QUAR O1.) 	<p>Melhorar os processos de definição e elaboração dos documentos de política económica e dos documentos técnicos de apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas pela Tutela, outros organismos da Administração Pública, outras Entidades Nacionais e instituições comunitárias e internacionais</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir para o debate da economia nacional, do crescimento, da produtividade e das finanças públicas (QUAR O2.) 	<p>Fomentar o conhecimento e a análise em temas relevantes, participando ativamente no Conselho para a Produtividade, promovendo a realização de seminários e desenvolvendo estudos e <i>policy papers</i>.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar a capacidade interna e a qualidade metodológica da avaliação de reformas estruturais e de políticas públicas (QUAR O3.) 	<p>Implementar o projeto de capacitação e melhoria das metodologias de avaliação de reformas estruturais e políticas públicas.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar o modelo macro econométrico da economia portuguesa 	<p>Adotar procedimentos de melhoria do modelo macro econométrico, designadamente na revisão dos módulos da procura, oferta, financiamento e administrações públicas.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a disponibilização de informação estatística, macrofinanceira e orçamental 	<p>Promover a publicação de informação relevante na área macrofinanceira e orçamental, melhorando os conteúdos e abrangência da informação.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a preparação e defesa da posição nacional em fóruns europeus e internacionais e a representação e defesa da posição do MF em fóruns nacionais (QUAR O4.) 	<p>Assegurar a defesa dos interesses nacionais e do MF criando conhecimento para o apoio técnico à definição, acompanhamento e avaliação de políticas.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a coordenação da posição do MF nas questões relativas ao Brexit 	<p>Assegurar o acompanhamento técnico e a coordenação da posição do MF na análise às implicações decorrentes do Brexit</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a coordenação da posição do MF nas questões relativas ao Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia 	<p>Assegurar a coordenação da posição do MF no âmbito da definição e implementação do quadro financeiro plurianual (QFP).</p>

<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar a ação do MF na definição de prioridades no âmbito de uma política de cooperação estruturante com as Instituições Financeiras Internacionais (IFI) e das Instituições Financeiras Europeias (IFE), designadamente através da criação e a dinamização de instrumentos financeiros e de cooperação técnica 	Adotar políticas proactivas de relacionamento com os principais <i>stakeholders</i> no sentido de promover a criação e a dinamização de instrumentos financeiros e de cooperação técnica e criar conhecimento para o apoio técnico à definição, acompanhamento e avaliação de políticas garantindo as orientações estratégicas da Tutela.
<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a execução de acordos bilaterais e de programas de cooperação e assistência técnica, no âmbito de uma política de cooperação estruturante nos países de língua oficial portuguesa e outros países parceiros 	Garantir a coordenação, execução e monitorização dos Acordos de Cooperação Económica e Cambial e dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica nas áreas de competências do Ministério das Finanças, mediante articulação com a Tutela, com outros organismos da Administração Pública, outras Entidades Nacionais e Instituições Comunitárias e Internacionais.
<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a implementação, monitorização e avaliação de políticas públicas transversais (SIADAP 1, Programa Pagar a Tempo e Horas; Políticas de Igualdade e Não Discriminação) 	Garantir a aplicação dos dispositivos legais previstos e integrar melhorias nos processos de monitorização das políticas.
<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo GPEARI (QUAR O9.) 	Adotar políticas proactivas de relacionamento com os principais <i>stakeholders</i> , promovendo a tempestividade da partilha de informação e antecipando qualitativamente as necessidades dos principais clientes.

OE2 • Promover a representação e defesa dos interesses nacionais no contexto europeu e internacional

<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a preparação e defesa da posição nacional em fóruns europeus e internacionais e a representação e defesa da posição do MF em fóruns nacionais (QUAR O4.) 	Assegurar nos fóruns europeus e internacionais a representação e preparação dos interesses nacionais e do MF, assegurando a transversalidade das temáticas desenvolvidas e as orientações estratégicas superiores.
<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar os agentes nacionais e dos países alvo da cooperação portuguesa, privados e públicos, no acesso a soluções de financiamento e investimento mais vantajosas e inovadoras, através das Instituições (QUAR O5.) 	Promover a divulgação de oportunidades de negócio/investimento, garantindo a utilidade e adequação das iniciativas às necessidades das empresas, consultores e banca nacionais. Garantir a operacionalização do programa Compacto Lusófono.
<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a coordenação da posição do MF nas questões relativas ao Brexit 	Assegurar a defesa da posição do MF no que respeita às implicações decorrentes do Brexit
<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a coordenação da posição do MF nas questões relativas ao Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia 	Assegurar a defesa da posição do MF no âmbito da definição e implementação do quadro financeiro plurianual (QFP).
<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a execução de acordos bilaterais e de programas de cooperação e assistência técnica, no âmbito de uma política de cooperação estruturante nos países de língua oficial portuguesa e outros países parceiros 	Promover a coordenação e execução dos Acordos de Cooperação Económica e Cambial e dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica.
<ul style="list-style-type: none"> • Fomentar a disponibilização de informação de reporte no âmbito do Acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico de Portugal e das outras missões europeias e internacionais 	Garantir a tempestividade e qualidade da informação técnica de reporte das missões.
<ul style="list-style-type: none"> • Coordenar o Acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico de Portugal e de outras missões regulares de instituições europeias e internacionais 	Promover a cooperação e coordenação das instituições nacionais envolvidas no âmbito do acompanhamento das missões regulares, garantindo o reporte da informação acordada às instituições europeias e internacionais.
<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo GPEARI (QUAR O9.) 	Garantir a capacitação interna para a promoção e representação dos interesses nacionais.

OE3 • Desenvolver uma política de gestão integrada de valorização do capital humano e de racionalização eficiente de recursos

<ul style="list-style-type: none">• Reforçar a capacidade interna e a qualidade metodológica da avaliação de reformas estruturais e de políticas públicas (QUAR O3.)	Dotar os recursos humanos de novos conhecimentos capacitando para a melhoria metodológica dos processos de avaliação em políticas públicas.
<ul style="list-style-type: none">• Promover a construção da identidade e imagem corporativa do GPEARI (QUAR O6.)	Implementar o Portal GPEARI fomentando a presença e divulgação das atividades desenvolvidas.
<ul style="list-style-type: none">• Garantir a operacionalização atempada dos atos relativos a alterações de posicionamento remuneratório, progressões e mudanças de nível ou escalão, nos termos do n.º 2 do art.º 16 da LOE de 2019 (QUAR O7.)	Contribuir para a valorização dos recursos humanos, promovendo a cultura organizacional numa estratégia de melhoria do desempenho global.
<ul style="list-style-type: none">• Melhorar a promoção de uma cultura de conciliação da vida familiar, profissional e pessoal (QUAR O8.)	Aprofundar as medidas de promoção da conciliação da vida familiar e pessoal com a vida profissional, num contexto de reciprocidade e exigência.
<ul style="list-style-type: none">• Melhorar o processo de elaboração dos instrumentos de gestão do GPEARI	Desenvolver e melhorar os processos de elaboração e monitorização dos instrumentos de gestão e de controlo de gestão.
<ul style="list-style-type: none">• Assegurar o apoio técnico e administrativo nas áreas de recursos humanos, financeiros, aprovisionamento e património e TIC	Adotar procedimentos inovadores, com vista à simplificação, desburocratização e melhorias de eficiência, procurando as soluções mais adequadas.
<ul style="list-style-type: none">• Melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo GPEARI (QUAR O9.)	Promover a capacitação e valorização dos recursos humanos, fomentando a cultura organizacional, numa perspetiva de qualidade dos serviços e eficiência de recursos.
<ul style="list-style-type: none">• Dinamizar a cultura organizacional e os suportes de comunicação	Uniformizar os suportes de comunicação com a nova imagem, garantindo ainda o desenvolvimento do sistema integrado de processos e atividades.

4.1. OBJETIVOS OPERACIONAIS - QUAR 2019

O QUAR – Quadro de Avaliação e Responsabilização – constitui-se como um instrumento de ajuda à gestão, que traduz o referencial estratégico do organismo e permite analisar e avaliar o desempenho, com base nos objetivos operacionais em destaque em cada ano.

No QUAR do GPEARI para 2019 foram definidos nove objetivos operacionais, alinhados com as funções *core*, com a melhoria de processos e qualidade do serviço prestado, bem como com questões de suporte e valorização do capital humano, garantindo as orientações publicadas na Lei do Orçamento do Estado para 2019, designadamente, à operacionalização atempada dos atos relativos a alterações de posicionamento remuneratório, progressões e mudanças de nível ou escalão - n.º 2 do art.º 16 - e à implementação de medidas que visem a promoção de uma cultura de conciliação da vida familiar, pessoal e profissional - art. 25º (vide Anexo I – versão integral do QUAR).

Quadro 3 | QUAR 2019 – objetivos operacionais e indicadores

	META	VALOR CRÍTICO	PESO	UO
EFICÁCIA				40%
OO1. Assegurar o apoio técnico à elaboração de documentos de política económica e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF				35%
IND1. Número de documentos de política económica elaborados	4-6	7	25%	DAEP; DPFP; DPGE; DCMIPE; DSF
IND2. Número de documentos técnicos elaborados de apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas pela Tutela	195-245	306	25%	TODAS
IND3. Número de documentos técnicos elaborados em resposta a organismos da Administração Pública e outras Entidades Nacionais	370-470	588	25%	DPGE; DAEP; DPFP; DSF; DCMIPE, DCRI
IND4. Número de documentos técnicos elaborados em resposta a instituições comunitárias e internacionais	450-550	688	25%	DPGE; DAEP; DPFP; DSF; DCMIPE, DCRI
OO2. Contribuir para o debate da economia nacional, do crescimento, da produtividade e das finanças públicas				20%
IND5. Prazo de elaboração do Relatório sobre a Produtividade em Portugal (dias)	85-95	75	30%	DAEP; DPFP
IND6. Número de seminários organizados pelo GPEARI ou em conjunto com outras entidades	14-16	20	20%	DAEP; DPFP
IND7. Número de estudos económicos e <i>policy papers</i>	5-7	9	50%	DAEP; DPFP
OO3. Reforçar a capacidade interna e a qualidade metodológica da avaliação de reformas estruturais e de políticas públicas				10%
IND8. Grau de execução do projeto "Reforço da capacidade nacional de avaliação de reformas estruturais e políticas públicas"	15%-25%	30%	100%	DAEP; DPFP

	META	VALOR CRÍTICO	PESO	UO
OO4. Garantir a preparação e defesa da posição nacional em fóruns europeus e internacionais e a representação e defesa da posição do MF em fóruns nacionais				35%
IND9. Número de reuniões asseguradas em fóruns europeus e internacionais	360-440	550	60%	DPGE; DAEP; DPPF; DSF; DCMIPE; DCRI
IND10. Número de reuniões asseguradas em fóruns nacionais	220-260	325	40%	TODAS
EFICIÊNCIA				45%
OO5. Apoiar os agentes nacionais e dos países alvo da cooperação portuguesa, privados e públicos, no acesso a soluções de financiamento e investimento mais vantajosas e inovadoras, através das Instituições Financeiras Internacionais e Europeias				23%
IND11. Número de ações e seminários de divulgação de oportunidades de negócio/investimento	8-12	15	30%	DCRI
IND12. Grau de utilidade e adequação das iniciativas e seminários/missões empresariais às necessidades das empresas, consultores e banca nacionais na sua abordagem aos mercados das IFI (%)	70%-90%	100%	30%	DCRI
IND13. % de Compactos específicos assinados com os PALOP (Compacto Lusófono)	50%-70%	100%	40%	DCRI
OO6. Promover a construção da identidade e imagem corporativa do GPEARI				10%
IND14. Prazo de lançamento do novo Portal GPEARI (integrado no Projeto SIPA - Sistema Integrado de Processos e Atividades - SAMA2020) (dias)	365	300	100%	TODAS
OO7. Garantir a operacionalização atempada dos atos relativos a alterações de posicionamento remuneratório, progressões e mudanças de nível ou escalão, nos termos do n.º 2 do art.º 16 da LOE de 2019				67%
IND15. Data de comunicação à SGMF da valorização remuneratória decorrente do processo de avaliação de desempenho para efeitos de processamento (dias úteis)	4-6	1	100%	DADO
QUALIDADE				15%
OO8. Melhorar a promoção de uma cultura de conciliação da vida profissional, familiar e pessoal				40%
IND16. Grau de satisfação dos trabalhadores com a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal	3,7-3,9	5	100%	TODAS
OO9. Melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo GPEARI				60%
IND17. Grau de satisfação dos gabinetes governamentais (escala de 1 a 5)	4,15-4,45	5	50%	TODAS
IND18. Grau de satisfação dos utilizadores (escala de 1 a 5)	4-4,2	5	50%	TODAS

4.2. OBJETIVOS OPERACIONAIS - ATIVIDADES EXTRA-QUAR

Para além dos objetivos operacionais identificados no QUAR, foram ainda definidos os seguintes:

Quadro 4 | Objetivos operacionais e indicadores extra-QUAR

	META	UO
OO10. Melhorar o modelo macroeconómico da economia portuguesa		
IND19. Grau de execução dos módulos revistos (módulos - procura, oferta, financiamento e AP)	10%-20%	DAEP; DPFP
OO11. Garantir a disponibilização de informação estatística, macrofinanceira e orçamental		
IND20. Número de publicações e relatórios estatísticos disponibilizados no sítio da internet do GPEARI	310-330	DAEP; DPFP
OO12. Fomentar a disponibilização de informação de reporte no âmbito do Acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico de Portugal e das outras missões europeias e internacionais		
IND21. Prazo médio para apresentação dos Relatórios Técnicos de reporte das missões, contado a partir do último dia de cada missão semestral (em dias)	6-10	DPGE
IND22. Prazo de disponibilização do <i>scoreboard</i> à tutela (em horas)	4-8	DPGE; DAEP; DPFP; DSF; DCMIPE
OO13. Coordenar o Acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico de Portugal e de outras missões regulares de instituições europeias e internacionais		
IND23. Número de reuniões organizadas	170-210	DPGE; DAEP; DPFP; DSF; DCMIPE
IND24. Número de reportes às instituições europeias e internacionais	145-175	DPGE
OO14. Garantir a coordenação da posição do MF nas questões relativas ao Brexit		
IND25. % de resposta a pedidos relativos ao Brexit	5-7	DPGE
OO15. Garantir a coordenação da posição do MF nas questões relativas ao Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia		
IND26. % de resposta a pedidos relativos ao Quadro Financeiro Plurianual	18-22	DPGE
OO16. Apoiar a ação do MF na definição de prioridades no âmbito de uma política de cooperação estruturante com as Instituições Financeiras Internacionais (IFI) e das Instituições Financeiras Europeias (IFE), designadamente através da criação e a dinamização de instrumentos financeiros e de cooperação técnica		
IND27. Número de recomendações e pareceres destinados a promover a criação e a dinamização de instrumentos financeiros e de cooperação técnica	22-28	DCRI

OO17.		
Assegurar a execução de acordos bilaterais e de programas de cooperação e assistência técnica, no âmbito de uma política de cooperação estruturante nos países de língua oficial portuguesa e outros países parceiros		
IND28. Número de relatórios de conjuntura macroeconómica elaborados no âmbito dos Acordos de Cooperação Económica e Cambial	4	DCRI
IND29. Número de Atas contendo recomendações e de Relatórios aos Governos e à UE por parte da COMACC e COMACE	8	DCRI
IND30. Grau médio de execução dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica	85%-95%	DCRI
OO18.		
Assegurar a implementação, monitorização e avaliação de políticas públicas transversais (SIADAP 1, Programa Pagar a Tempo e Horas; Políticas de Igualdade e Não Discriminação)		
IND31. % de cumprimento dos prazos fixados no âmbito da avaliação de serviços	80%-90%	DADO
IND32. Número de reportes no âmbito da monitorização do Programa Pagar a Tempo e Horas	4-6	DADO
IND33. Número de reportes no âmbito das Políticas de Igualdade e Não Discriminação e Combate ao tráfico de seres humanos	4-6	DADO
OO19.		
Melhorar o processo de elaboração dos instrumentos de gestão do GPEARI		
IND34. Prazo de conclusão do AMIGplus - Upgrade da Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão (em dias)	255-285	DADO
IND35. Número de instrumentos de controlo de gestão atualizados e/ou elaborados	16-20	DADO
OO20.		
Assegurar o apoio técnico e administrativo nas áreas de recursos humanos, financeiros, aprovisionamento e património e TIC		
IND36. Grau de satisfação dos utilizadores internos	3,6-4	DADO
OO21.		
Dinamizar a cultura organizacional e os suportes de comunicação		
IND37. % de execução do SIPA - Sistema Integrado de Processos e Atividades (Candidatura SAMA2020)	30%-50%	TODAS
IND38. Prazo de conclusão do projeto da nova imagem - logótipo e imagética (em dias)	295-365	TODAS

5. MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Em consonância com a obrigatoriedade imposta pelo artigo 40º do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio³, e assumindo o carácter estratégico das medidas de modernização administrativa na construção de serviços mais ágeis, inovadores e capazes de responder aos desafios do futuro, o GPEARI tem vindo a trabalhar na identificação de alterações que visem a desburocratização, qualidade e inovação, tentando prever as poupanças associadas a tais medidas.

A modernização administrativa tem vindo a ser um dos pilares considerados prioritários, sedimentada na implementação de reformas relevantes de modernização do Estado, que valorizam as suas funções e reforçam a capacidade de resposta aos desafios da economia e da sociedade.

Assim, não obstante as limitações a vários níveis, o GPEARI tem vindo a implementar algumas medidas que visam a melhoria da qualidade dos serviços prestados, bem como a introdução de novas funcionalidades ao nível do planeamento e da gestão documental, potenciando a sua estrutura organizacional.

Neste domínio, a aprovação de uma candidatura a financiamento do sistema de apoio à transformação digital da administração pública (SAMA2020) para o projeto “SIPA – Sistema Integrado de Processos e Atividades”, com forte impacto na gestão da atividade, virá trazer melhorias significativas, constituindo simultaneamente um desafio à organização, assentando em 3 pilares:

- Renovação do Portal do GPEARI;
- Reengenharia e desmaterialização na Gestão de Processos;
- Criação do Balcão Único, um projeto piloto para facilitar a o acesso das empresas nacionais que se queiram internacionalizar às oportunidades de negócio e financiamento das IFI.

Ainda em 2018, foram aprovadas outras duas candidaturas que irão reforçar fortemente o desempenho organizacional do GPEARI no futuro, impondo no ano de 2019 diversas alterações e exigências para preparar o desenvolvimento de tais projetos. Com efeito, o GPEARI contará em 2019 as mudanças decorrentes da implementação:

³ Obrigando à integração nos planos e relatórios de atividades anuais um capítulo sobre as medidas de modernização administrativa a desenvolver.

- Certificação enquanto *research entity* da Eurostat que permitirá o acesso a bases de microdados, potenciando o desenvolvimento de trabalhos e investigação;
- Desenvolvimento do projeto apoiado pelo Programa de Apoio às Reformas Estruturais (PARE) da Comissão Europeia de modo a adquirir de apoio técnico especializado de entidades externas para capacitação interna em termos de avaliação de políticas públicas e melhoria do processo de quantificação macroeconómica do impacto das reformas estruturais.

Prevê-se ainda a consolidação dos trabalhos desenvolvidos em 2018 no âmbito da elaboração do Manual de Controlo Interno do GPEARI, tendo como objetivo melhor definir e solidificar as políticas internas de gestão do risco e do controlo de gestão. A melhoria nas atividades de controlo, avaliação, monitorização, informação e comunicação trará ganhos de eficácia e de eficiência ao desempenho do GPEARI, enquadrando-se nas mais recentes orientações de racionalização e controlo da despesa, maior simplificação e modernização administrativa, desmaterialização de processos, sem nunca descurar a legalidade e qualidade dos processos.

No âmbito da revisão do sistema de gestão do economato iniciada em 2018, está previsto que se revise o inventário do GPEARI de modo a responder adequadamente às normas técnicas específicas impostas pela adoção do SNC-AP, contribuindo para a melhoria da eficiência no controlo dos stocks e dos ativos.

A Resolução de Conselho de Ministros nº 51/2017, de 19 de abril, veio enquadrar a adoção de medidas que contribuam para a racionalização e controlo da despesa, num quadro de maior simplificação e modernização administrativa, de desmaterialização de processos e da promoção da redução do consumo de papel e demais consumíveis e meios relacionados com a impressão. Neste contexto, na continuação dos esforços que o GPEARI tem desenvolvido nos últimos anos, manter-se-á o projeto GPEARI.Green, que tem como objetivo a promoção de um consumo de papel consciente, eficiente e ambientalmente responsável, mediante procedimentos especificamente adaptados à realidade do GPEARI.

6. CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO

A capacitação e formação do corpo de trabalho do GPEARI é um alicerce fundamental para a melhoria contínua dos serviços prestados, apostando na agilidade, inovação e capacidade de reação perante qualquer desafio que surja no quotidiano.

No âmbito do projeto de capacitação e desenvolvimento de avaliação de políticas públicas, associado à candidatura aprovada do Programa de Apoio às Reformas Estruturais, estão previstas diversas ações de formação, nomeadamente:

- Avaliação de impacto ex-post de reformas estruturais através do modelo macroeconómico QUEST III;
- Análise econométrica com recurso ao programa de estatística STATA;
- Enquadramento teórico e metodologias no âmbito da avaliação de políticas públicas;
- Modelização das determinantes do investimento privado.

Estas formações deverão abranger um conjunto alargado de colaboradores afetos às áreas específicas, podendo ser alargado a outras áreas conexas. No entanto, importa ressaltar que a realização destas formações está dependente da finalização do processo de contratação referente à candidatura aprovada.

Está ainda planeada a frequência de ações de formação em competências de liderança no âmbito do programa de formação do INA para 2019, apostando na participação de seminários e workshops de capacitação para a gestão e liderança.

Adicionalmente, no contexto de uma estratégia de formação assente na utilização eficiente de recursos, a aposta vai para a promoção da participação dos colaboradores em seminários internos, permitindo não só uma maior divulgação do conhecimento gerado pelo próprio GPEARI como o cruzamento de informação relevante a dossiers interessantes para diferentes departamentos.

ANEXO I

QUAR 2019

Extra-QUAR 2019

QUAR											2019	
Quadro de Avaliação e Responsabilização												
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS												
Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais												
MISSÃO:	Garantir o apoio à formulação de políticas e ao planeamento estratégico e operacional, em articulação com a programação financeira, assegurar, diretamente ou sob sua coordenação, as relações internacionais, acompanhar e avaliar a execução de políticas, dos instrumentos de planeamento e os resultados dos sistemas de organização e gestão, em articulação com os demais serviços do Ministério.											
Objetivos Estratégicos												
OE 1.	Dinamizar a representação e o apoio técnico à definição, acompanhamento e avaliação de políticas do MF											
OE 2.	Promover a representação e defesa dos interesses nacionais no contexto europeu e internacional											
OE 3.	Desenvolver uma política de gestão integrada de valorização do capital humano e de racionalização eficiente de recursos											
Objetivos Operacionais												
EFICÁCIA										Ponderação:	40%	
O1. Assegurar o apoio técnico à elaboração de documentos de política económica e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF										Peso:	35%	
INDICADORES			2016	2017	2018	META 2019	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL
IND1.	Número de documentos de política económica elaborados		4	4	4	5	1	7	25%		n.d.	
IND2.	Número de documentos técnicos elaborados de apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas pela Tutela		180	193	224	220	25	306	25%		n.d.	
IND3.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a organismos da Administração Pública e outras Entidades Nacionais		327	346	414	420	50	588	25%		n.d.	
IND4.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a instituições comunitárias e internacionais		408	431	487	500	50	688	25%		n.d.	
O2. Contribuir para o debate da economia nacional, do crescimento, da produtividade e das finanças públicas										Peso:	20%	
INDICADORES			2016	2017	2018	META 2019	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL
IND5.	Prazo de elaboração do Relatório sobre a Produtividade em Portugal (dias)		-	-	-	90	5	75	30%		n.d.	
IND6.	Número de seminários organizados pelo GPEARI ou em conjunto com outras entidades		8	14	15	15	1	20	20%		n.d.	
IND7.	Número de estudos económicos e policy papers		9	5	9	6	1	9	50%		n.d.	
O3. Reforçar a capacidade interna e a qualidade metodológica da avaliação de reformas estruturais e de políticas públicas										Peso:	10%	
INDICADORES			2016	2017	2018	META 2019	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL
IND8.	Grau de execução do projeto "Reforço da capacidade nacional de avaliação de reformas estruturais e políticas públicas"		-	-	-	20%	5%	30%	100%		n.d.	
O4. Garantir a preparação e defesa da posição nacional em fóruns europeus e internacionais e a representação e defesa da posição do MF em fóruns nacionais										Peso:	35%	
INDICADORES			2016	2017	2018	META 2019	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL
IND9.	Número de reuniões asseguradas em fóruns europeus e internacionais		417	396	439	400	40	550	60%		n.d.	
IND10.	Número de reuniões asseguradas em fóruns nacionais		327	261	275	240	20	325	40%		n.d.	
EFICIÊNCIA										Ponderação:	45%	
O5. Apoiar os agentes nacionais e dos países alvo da cooperação portuguesa, privados e públicos, no acesso a soluções de financiamento e investimento mais vantajosas e inovadoras, através das Instituições Financeiras Internacionais e Europeias										Peso:	23%	
INDICADORES			2016	2017	2018	META 2019	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL
IND11.	Número de ações e seminários de divulgação de oportunidades de negócio/investimento		11	10	13	10	2	15	30%		n.d.	
IND12.	Grau de utilidade e adequação das iniciativas e seminários/missões empresariais às necessidades das empresas, consultores e banca nacionais na sua abordagem aos mercados das IFI (%)		1	1	1	80%	10%	100%	30%		n.d.	
IND13.	% de Compactos específicos assinados com os PALOP (Compacto Lusófono)		-	-	-	60%	10%	100%	40%		n.d.	
O6. Promover a construção da identidade e imagem corporativa do GPEARI										Peso:	10%	
INDICADORES			2016	2017	2018	META 2019	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL
IND14.	Prazo de lançamento do novo Portal GPEARI (integrado no Projeto SIPA - Sistema Integrado de Processos e Atividades - SAMAZO20) (dias)		-	-	-	365	0	300	100%		n.d.	
O7. Garantir a operacionalização atempada dos atos relativos a alterações de posicionamento remuneratório, progressões e mudanças de nível ou escalão, nos termos do n.º 2 do art.º 16 da LOE de 2019										Peso:	67%	
INDICADORES			2016	2017	2018	META 2019	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL
IND15.	Data de comunicação à SGMF da valorização remuneratória decorrente do processo de avaliação de desempenho para efeitos de processamento (dias úteis)		-	-	-	5	1	1	100%		n.d.	
QUALIDADE										Ponderação:	15%	
O8. Melhorar a promoção de uma cultura de conciliação da vida familiar, profissional e pessoal										Peso:	40%	
INDICADORES			2016	2017	2018	META 2019	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL
IND16.	Grau de satisfação dos trabalhadores com a conciliação da vida familiar, profissional e pessoal		3,53	3,50	3,79	3,80	0,10	5	100%		n.d.	
O9. Melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo GPEARI										Peso:	60%	
INDICADORES			2016	2017	2018	META 2019	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL
IND17.	Grau de satisfação dos gabinetes governamentais (escala de 1 a 5)		4,13	4,51	4,36	4,30	0,15	5	50%		n.d.	
IND18.	Grau de satisfação dos utilizadores (escala de 1 a 5)		4,15	4,08	4,16	4,10	0,10	5	50%		n.d.	

Taxa de Realização Parâmetros e Objetivos					Objetivos mais relevantes (vide Instruções)	
	Planeado	Realizado	Taxa de Realização Parâmetros/Objetivos	Classificação	Ponderação	Identificação
					EFICÁCIA	40%
O1. Assegurar o apoio técnico à elaboração de documentos de política económica e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	35%				14,0%	R
O2. Contribuir para o debate da economia nacional, do crescimento, da produtividade e das finanças públicas	20%				8,0%	
O3. Reforçar a capacidade interna e a qualidade metodológica da avaliação de reformas estruturais e de políticas públicas	10%				4,0%	
O4. Garantir a preparação e defesa da posição nacional em fóruns europeus e internacionais e a representação e defesa da posição do MF em fóruns nacionais	35%				14,0%	R
EFICIÊNCIA	45%					
O5. Apoiar os agentes nacionais e dos países alvo da cooperação portuguesa, privados e públicos, no acesso a soluções de financiamento e investimento mais vantajosas e inovadoras, através das Instituições Financeiras Internacionais e Europeias	23%				10,4%	R
O6. Promover a construção da identidade e imagem corporativa do GPEARI	10%				4,5%	
O7. Garantir a operacionalização atempada dos atos relativos a alterações do posicionamento remuneratório, progressões e mudanças de nível ou escalão, nos termos do n.º 2 do art.º 16 da LOE de 2019	67%				30,2%	R
QUALIDADE	15%					
O8. Melhorar a promoção de uma cultura de conciliação da vida familiar, profissional e pessoal	40%				6,0%	
O9. Melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo GPEARI	60%				9,0%	R
TAXA DE REALIZAÇÃO FINAL	100%				77,5%	5/9

Indicadores		Fonte de Verificação	UO Responsável	Justificação do Valor Crítico
IND1.	Número de documentos de política económica elaborados	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Inclui trabalhos de coordenação e participação na elaboração do Programa de Estabilidade; Conta Geral do Estado; Programa Nacional de Reformas; Balanço da participação de Portugal na UE;	DAEP; DFPF; DPGE	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND2.	Número de documentos técnicos elaborados de apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas pela Tutela	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Inclui documentos de análise técnica e de apoio à decisão política.	TODAS	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND3.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a organismos da Administração Pública e outras Entidades Nacionais	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Inclui documentos técnicos de resposta a organismos da AP e outras entidades nacionais	DPGE; DAEP; DFPF; DSF; DCMIFE, DCRI	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND4.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a instituições comunitárias e internacionais	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Inclui documentos técnicos de resposta a instituições comunitárias e internacionais	DPGE; DAEP; DFPF; DSF; DCMIFE, DCRI	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND5.	Prazo de elaboração do Relatório sobre a Produtividade em Portugal (dias)	Data de apresentação pública do Relatório, em parceria com o GEE	DAEP; DFPF	Prazo de antecipação considerado excelente
IND6.	Número de seminários organizados pelo GPEARI ou em conjunto com outras entidades	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Seminários e workshops organizados pelo GPEARI ou em parceria	DAEP; DFPF	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND7.	Número de estudos económicos e policy papers	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão]	DAEP; DFPF	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND8.	Grau de execução do projeto "Reforço da capacidade nacional de avaliação de reformas estruturais e políticas públicas"	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: registos de acompanhamento do Program PARE	DAEP; DFPF	Realizar mais um módulo do que o previsto
IND9.	Número de reuniões asseguradas em fóruns europeus e internacionais	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Inscrevem-se neste indicador a representação do GPEARI e do Ministério das Finanças, em fóruns europeus e internacionais, através da preparação e/ou reuniões.	DAEP; DFPF; DPGE; DSF; DCMIFE; DCRI;	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND10.	Número de reuniões asseguradas em fóruns nacionais	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Inscrevem-se neste indicador a representação do GPEARI e do Ministério das Finanças, em fóruns nacionais, através da preparação e/ou participação em reuniões.	TODAS	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND11.	Número de ações e seminários de divulgação de oportunidades de negócio/investimento	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Engloba as iniciativas propostas pelo GPEARI que contribuem para a internacionalização das empresas, consultores e banca nacionais e para o acesso ao financiamento da economia nacional.	DCRI	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND12.	Grau de utilidade e adequação das iniciativas e seminários/missões empresariais às necessidades das empresas, consultores e banca nacionais na sua abordagem aos mercados das IFI (%)	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Apurado através do resultado da aplicação de entrevistas estruturadas a uma amostra representativa das entidades que tenham participado nos eventos organizados conjuntamente pelo GPEARI e pela acep Portugal Global.	DCRI	Grau máximo de utilidade
IND13.	% de Compactos específicos assinados com os PALOP (Compacto Lusófono)	Gestão documental - Documentos assinados	DCRI	Número máximo de PALOP abrangidos
IND14.	Prazo de lançamento do novo Portal GPEARI (integrado no Projeto SIPA - Sistema Integrado de Processos e Atividades - SAMA2020) (dias)	Nota de comunicação para divulgação do lançamento do Portal	TODAS	De acordo com o calendário de execução previsto para o projeto a conclusão em final de outubro representaria um esforço considerável
IND15.	Data de comunicação à SGMF da valorização remuneratória decorrente do processo de avaliação de desempenho para efeitos de processamento (dias úteis)	Gestão documental Nota metodológica: Data de comunicação, calculada com base no acordado com a SGMF no âmbito dos serviços partilhados	DADO	Dia imediatamente a seguir à conclusão do processo
IND16.	Grau de satisfação dos trabalhadores com a conciliação da vida familiar, profissional e pessoal	Relatório de análise dos resultados dos questionários de satisfação a aplicar aos colaboradores	TODAS	Grau máximo de satisfação
IND17.	Grau de satisfação dos gabinetes governamentais (escala de 1 a 5)	Relatório de análise dos resultados dos questionários de satisfação a aplicar aos gabinetes da equipa política do Ministério das Finanças.	TODAS	Grau máximo de satisfação
IND18.	Grau de satisfação dos utilizadores (escala de 1 a 5)	Relatório de análise dos resultados dos questionários de satisfação a aplicar aos principais interlocutores e utilizadores dos serviços do GPEARI.	TODAS	Grau máximo de satisfação

Recursos Humanos

DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	PLANEADOS		REALIZADOS						DESVIO	Taxa de Execução
		Efetivos	Pontos	30/jun		30/set		31/dez			
				Efetivos	Pontos	Efetivos	Pontos	Efetivos	Pontos		
Dirigentes - Direcção superior	20	3	60		0		0		0	x	x
Dirigentes - Direcção Intermédia	16	16	256		0		0		0	x	x
Técnico Sup. Especialista de Orç. e Finanças	12	46	552		0		0		0	x	x
Coordenador Técnico	9	1	9		0		0		0	x	x
Técnico de Informática	9	3	27		0		0		0	x	x
Assistente Técnico	8	4	32		0		0		0	x	x
Assistente Operacional	5	1	5		0		0		0	x	x
Total		74	941	0	0	0	0	0	0	x	x

Número de trabalhadores a exercer funções no serviço:	Realizado 31-12-2015	Realizado 31-12-2016	Realizado 31-12-2017	Previsto 31-12-2018	Realizado 31-12-2018	Previsto 31-12-2019	Realizado 30-06-2019	Realizado 30-09-2019	Realizado 31-12-2019
		55	54	65	77	65	74		

Recursos Financeiros

DESIGNAÇÃO	INICIAL	CORRIGIDO	EXECUÇÃO				SALDO	Taxa de Execução
			30-06-2019		31-12-2019			
			Efetivos	Pontos	Efetivos	Pontos		
Orçamento de funcionamento	€ 3 287 293,00	€ -	x	x				
Despesas com Pessoal	€ 2 719 801,00						x	x
Aquisição de Bens e Serviços	€ 562 992,00						x	x
Outras despesas correntes	€ -						x	x
Aquisição de bens de capital	€ 4 500,00						x	x
Orçamento de investimento	€ 63 825,00	€ -	x	x				
TOTAL	€ 3 351 118,00	€ -	x	x				

QUAR		
Objetivo	1	Assegurar o apoio técnico à elaboração de documentos de política económica e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF
Indicador	1	Número de documentos de política económica elaborados
UO Responsável	DAEP; DPFP; DPGE;DCMIPE;DSF	
Meta	5	UO Responsável
Σ	1	PE 2019-2023 DAEP; DPFP
	1	CGE 2018 DAEP; DPFP
	1	Programa Nacional de Reformas DAEP; DPFP
	1	Draft Budgetary Plan 2020 DAEP; DPFP
	1	Balanço da participação de Portugal na UE DPGE;DCMIPE;DSF

Indicador	2	Número de documentos técnicos elaborados de apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas pela Tutela
UO Responsável	TODAS	
Meta	217	UO Responsável
Σ	20	Respostas a pedidos da tutela DPGE
	6	Parecer técnico anteprojeto legislativo DSF
	8	Preparação de reunião DSF
	5	Outros pareceres técnicos DSF
	4	Análise do impacto da evolução dos agregados macroeconómicos relevantes na gestão e controlo da política fiscal e orçamental e a elaboração de projeções das principais variáveis macroeconómicas DAEP; DPFP
	4	Elaboração de policy papers sobre várias temáticas, direcionados para os decisores políticos do ministério DAEP; DPFP
	6	Custa Quanto DAEP; DPFP
	1	Projetos: Modelo de Reformas Estruturais DAEP; DPFP
	1	Integração das exigências do <i>Medium Term Budgetary Framework</i> no modelo de previsão macroeconómica e de finanças públicas DAEP; DPFP
	6	Outras solicitações DAEP; DPFP
	2	Relatórios de monitorização dos Prazos Médios de Pagamento (4º trimestre de 2018 e 2º trimestre de 2019) DADO
	10	Análise de projetos e propostas ao Conselho de Administração BEI DCRI
	10	Recomendações à tutela após Conselho de Administração BEI DCRI
	1	Análise de propostas ao Conselho Governadores BEI DCRI
	4	Análise de projetos e propostas ao Conselho de Administração CEB DCRI
	1	Análise de projetos e propostas ao Joint Meeting CEB DCRI
	1	Análise de propostas ao Conselho Governadores Banco Mundial DCRI
	1	Reunião da Primavera do Banco Mundial DCRI
	1	Análise de propostas ao Conselho Governadores do Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento DCRI
	1	Análise de propostas ao Conselho Governadores Banco Africano de Desenvolvimento DCRI
	1	Análise de propostas ao Conselho Governadores Banco Asiático de Desenvolvimento DCRI
	1	Análise de propostas ao Conselho Governadores Banco Asiático de Investimento e Infraestruturas DCRI
	1	Análise de propostas ao Conselho Governadores Banco Interamericano de Desenvolvimento DCRI
	1	Análise de propostas aos Acionistas Não Regionais do Banco Interamericano de Desenvolvimento DCRI
	1	Análise de propostas ao Conselho Governadores Banco de Desenvolvimento da América Latina DCRI
	1	Análise de propostas ao Conselho Governadores do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola DCRI
	1	Análise de propostas ao Conselho Governadores do Fundo Comum de Produtos de Base DCRI
5	Notas no quadro UE (inclui notas sobre políticas UE/BEI para ECOFIN / CEF / SCIMF) DCRI	
12	Notas técnicas para reuniões de alto nível bilaterais (Cimeiras e GT, por ex) DCRI	

	12	Respostas a pedidos diversos da tutela	DCRI
	10	Auxílios de Estado	DCMIPE
	25	Processos de negociação e elaboração de documentos estratégicos no quadro do mercado interno	DCMIPE
	20	Anteprojetos legislativos e outras solicitações de natureza não legislativa	DCMIPE
	13	Ponto de situação (mensais e anual) da transposição ou aplicação na ordem jurídica interna da legislação comunitária	DCMIPE
	10	Matérias de relacionamento económico e comercial bilateral, regional e multilateral da EU - Emissão de pareceres, elaboração de documentos técnicos, divulgação de projetos e organização de visitas de estudo e seminários	DCMIPE
	5	Medidas restritivas	DCMIPE
	5	Branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo e da proliferação	DCMIPE

Indicador	3	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a organismos da Administração Pública e outras Entidades Nacionais	
UO Responsável		TODAS	
Meta	417		UO Responsável
Σ	8	Respostas a pedidos de contributos da DGAE - MNE	DPGE
	9	Contributo para o BMEP	DPGE
	60	Respostas a pedidos de contributos de organismos da AP portuguesa, bem como a solicitações de organismos da AP de outros países	DCRI
	75	Processos de negociação e elaboração de documentos estratégicos no quadro do mercado interno	DCMIPE
	30	Anteprojetos legislativos e outras solicitações de natureza não legislativa	DCMIPE
	195	Matéria de relacionamento económico e comercial bilateral, regional e multilateral da EU - Emissão de pareceres, elaboração de documentos técnicos, divulgação de projetos e organização de visitas de estudo e seminários	DCMIPE
	25	Medidas restritivas	DCMIPE
	15	Branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo e da proliferação	DCMIPE

Indicador	4	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a instituições comunitárias e internacionais	
UO Responsável		DPGE; DAEP; DPFP; DSF; DCMIPE, DCRI	
Meta	499		UO Responsável
Σ	70	Resposta a procedimentos escritos da responsabilidade dos secretariados dos Comitês do Conselho	DPGE
	5	Resposta a questionários e outras consultas	DSF
	1	Fiscal database	DAEP; DPFP
	15	Votos no âmbito Conselho de Governadores e Conselhos de Administração das IFI	DCRI
	3	Questionários APD	DCRI
	60	Resposta a pedidos no âmbito das IFI (inclui comentários a documentos sobre políticas e estratégias das instituições; estratégias e projetos para países beneficiários; posicionamento nacional sobre a adesão de novos membros, entre outros)	DCRI
	30	Resposta a pedidos relacionados com auxílios de Estado	DCMIPE
	280	Processos de pré-contencioso e contencioso	DCMIPE
35	Matéria de relacionamento económico e comercial bilateral, regional e multilateral da EU - Emissão de pareceres, elaboração de documentos técnicos, divulgação de projetos e organização de visitas de estudo e seminários	DCMIPE	

QUAR		
Objetivo	2	Contribuir para o debate da economia nacional, do crescimento, da produtividade e das finanças públicas
Indicador	5	Prazo de elaboração do Relatório sobre a Produtividade em Portugal
UO Responsável	DAEP; DPFP	
Atividades	Elaborar em parceria com o GEE o Relatório sobre a Produtividade em Portugal e apresentação das principais conclusões em seminário	
Meta	90	UO Responsável
Σ		Relatório sobre a Produtividade em Portugal DAEP

Indicador	6	Número de seminários organizados pelo GPEARI ou em conjunto com outras entidades
UO Responsável	DAEP; DPFP	
Meta	15	UO Responsável
Σ	12	Seminário GPEARI/GEE DAEP; DPFP
	2	Outros seminários DAEP; DPFP
	1	Indicadores de desigualdade social DAEP; DPFP

Indicador	7	Número de estudos económicos e policy papers
UO Responsável	DAEP; DPFP	
Meta	5-7	UO Responsável
Σ	6	Artigos referentes aos temas da produtividade, da fiscalidade e da avaliação de políticas públicas DAEP; DPFP

QUAR		
Objetivo	3	Reforçar a capacidade interna e a qualidade metodológica da avaliação de reformas estruturais e de políticas públicas
Indicador	8	Grau de execução do projeto "Reforço da capacidade nacional de avaliação de reformas estruturais e políticas públicas"
UO Responsável		DAEP; DFPF
Meta	20%	

QUAR			
Objetivo	4	Garantir a preparação e defesa da posição nacional em fóruns europeus e internacionais e a representação e defesa da posição do MF em fóruns nacionais	
Indicador	9	Número de reuniões asseguradas em fóruns europeus e internacionais	
UO Responsável	DAEP; DPFP; DPGE; DSF; DCMIPE; DCRI;		
Meta	400	UO Responsável	
Σ	11	ECOFIN	DPGE
	11	Eurogrupo	DPGE
	11	Eurogrupo inclusivo	DPGE
	9	Briefing às Embaixadas	DPGE
	11	Comité de Política Económica	DPGE
	11	Comité Económico e Financeiro	DPGE
	11	Eurogroup Working Group	DPGE
	13	Eurogroup Working Group in inclusive format	DPGE
	10	Comité Económico e Financeiro Alternates	DPGE
	10	Eurogroup Working Group Alternates	DPGE
	10	Task Force on Coordinated Action	DPGE
	4	Conselho Europeu	DPGE
	3	Cimeira do Euro	DPGE
	7	Sub-Comité sobre Assuntos do Fundo Monetário Internacional	DPGE
	2	Mecanismo Europeu de Estabilidade - Conselho de Governadores	DPGE
	8	Mecanismo Europeu de Estabilidade - Conselho de Administradores	DPGE
	2	Mecanismo Europeu de Estabilidade - Reuniões ao nível técnico	DPGE
	1	Fundo Europeu de Estabilização Financeira - Conselho de Acionistas	DPGE
	6	Fundo Europeu de Estabilização Financeira - Conselho de Administradores	DPGE
	65	Negociações Conselho da UE [grupo serviços financeiros e outros]	DSF
	20	Grupos de peritos da Comissão Europeia [EGBPI e outros]	DSF
	12	Comité Serviços Financeiros	DSF
	30	TFCA e HLWP	DSF
	4	Comité de Mercados Financeiros (OCDE), incl grupos preparatorios	DSF
	4	Lime Working Group	DAEP; DPFP
	4	Output Gap Working Group	DAEP; DPFP
	1	Previsões Económicas - EC	DAEP; DPFP
	2	OCDE - GT Nº1	DAEP; DPFP
	1	OCDE - Previsões Curto Prazo	DAEP; DPFP
	3	AWG	DAEP; DPFP
	5	Banco Mundial (Spring Meeting; Reunião Anual do Conselho de Governadores e Reconstituição de Recursos da Associação Internacional para o Desenvolvimento)	DCRI
	1	Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento (Reunião Anual do Conselho de Governadores)	DCRI
	21	Banco Europeu de Investimento (Reunião Anual do Conselho de Governadores; Conselho de Administração; Comité da Facilidade de Investimento)	DCRI
	5	Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa (Joint Meeting; Conselho de Administração)	DCRI
	16	Banco Africano de Desenvolvimento (Reunião Anual do Conselho de Governadores; Comité de Governadores sobre o Aumento Capital; Reconstituição de Recursos do Fundo Africano de Desenvolvimento; Teleconferências; Standing Committee Compacto Lusófono)	DCRI
	4	Banco Asiático de Desenvolvimento (Reunião Anual do Conselho de Governadores; Teleconferências; Mid Term Review Fundo Asiático de Desenvolvimento)	DCRI
	9	Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas (Reunião Anual do Conselho de Governadores; Conselho de Administração; Grupo de Voto)	DCRI
	4	Banco Interamericano de Desenvolvimento (Reunião Anual do Conselho de Governadores; Reunião Anual dos Acionistas Não Regionais; Grupo de Voto)	DCRI
	1	Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) (Reunião Anual do Conselho de Governadores)	DCRI
	1	Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (Reunião Anual do Conselho de Governadores)	DCRI
4	Fundo Comum dos Produtos de Base (Reunião Anual do Conselho de Governadores; Conselho de Administração)	DCRI	

	12	Reuniões de âmbito bilateral (função da agenda governamental em matéria de política externa)	DCRI
	2	OCDE - Advisory Task Force on the Codes (ATFC)	DCMIPE
	3	FATF Plenary and Working Group Meetings	DCMIPE
	3	Project Group Meeting on Proliferation Financing	DCMIPE
	3	EGMLTF	DCMIPE
	2	RELEX - Sanctions Committee	DCMIPE
	1	EG Late Payment Directive	DCMIPE
	6	Outras reuniões internacionais (State Aid, TJUE, OMC, TJUE, Diálogo 5+5, etc.)	DCMIPE

Indicador	10	Número de reuniões asseguradas em fóruns nacionais	
UO Responsável	TODAS		
Meta	244	UO Responsável	
Σ	6	Comissão Interministerial para os Assuntos Europeus - Reuniões ao nível técnico	DPGE
	6	Quadro Financeiro Plurianual - Reuniões de coordenação MNE	DPGE
	6	Brexit - Reuniões dos Pontos Focais	DPGE
	1	Presidência Portuguesa da União Europeia no 1º semestre de 2021 - Reuniões de preparação	DPGE
	8	Reuniões de coordenação com o IGCP	DPGE/DSF
	2	Forum para os Sistemas de Pagamentos (Plenário)	DSF
	4	Forum para os Sistemas de Pagamentos - grupos preparatórios	DSF
	5	Outros	DSF
	1	Reuniões Conselho Consultivo	DADO
	1	Reuniões Secção Interministerial	DADO
	1	Comissão de Acompanhamento ENIND	DADO
	2	Comissão Técnica de Acompanhamento ENIND	DADO
	2	Comissão Técnica de Acompanhamento TSH	DADO
	2	Estratégia TIC (PS-TIC)	DADO
	1	Assembleia-Geral da Cruz Vermelha	DADO
	20	Conselho Superior de Estatística	DAEP; DPFP
	4	Conselho Económico e Social	DAEP; DPFP
	10	Conselho para a Produtividade	DAEP; DPFP
	2	GT C.S. Saúde	DAEP; DPFP
	2	Reuniões GTAP	DAEP; DPFP
	1	Conselho de Coordenação Financeira	DAEP; DPFP
	2	Comissão Interministerial de Política Externa	DCMIPE; DCRI
	2	Comissão Interministerial de Cooperação	DCRI
	2	Grupo Financiamento do Conselho Estratégico da Internacionalização da Economia	DCRI
	1	Comissão de Acompanhamento do Mercado das Multilaterais Financeiras	DCRI
	36	Grupo de Trabalho do Mercado das Multilaterais Financeiras	DCRI
	20	Reuniões interministeriais (assuntos de índole bilateral, função da agenda governamental em matéria de política externa)	DCRI
	4	Comissão Nacional para os Direitos Humanos (CNDH)	DCMIPE
	50	Comissão de Coordenação das Políticas de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo (Comissão BC/FT)	DCMIPE
	30	Reuniões de Coordenação Interministerial MNE	DCMIPE
	10	Outras reuniões nacionais	DCMIPE

QUAR		
Objetivo	5	Apoiar os agentes nacionais e dos países alvo da cooperação portuguesa, privados e públicos, no acesso a soluções de financiamento e investimento mais vantajosas e inovadoras, através das Instituições Financeiras Internacionais e Europeias
Indicador	11	Número de ações e seminários de divulgação de oportunidades de negócio/investimento
UO Responsável		DCRI
Meta	8-12	
Σ	1	Sessão sobre o Compacto Lusófono – apresentação aos Delegados da AICEP
	1	Missão de Desenvolvimento de Negócio da MIGA do Grupo Banco Mundial a Portugal – Encontros Bilaterais com empresas
	1	Missão empresarial ao BAsD e à ADB Business Opportunities Fair e Programa Bilateral, em Manila
	1	Conferência de Alto Nível com o AIIB
	1	Missão de Desenvolvimento de Negócio do BERD - Encontros Bilaterais com empresas
	1	Dias das Multilaterais - Evento sobre o "Mercado das Multilaterais, envolvendo várias instituições multilaterais, com incidência geográfica e setorial diversa
	1	XMAS <i>Get Together</i> , 6.ª edição
	1	Missão empresarial às sedes do Banco Mundial e do BID, com enfoque setorial (Água)
	1	Diagnósticos/estudos - Diagnosticar junto de grandes empresas e investidores, bem como por via dos bancos de investimento
	1	Seminário sobre Cooperação, Cultura e Língua, dirigido à Rede do Camões
	1	Seminário "FIDA e as Oportunidades de Cooperação com Instituições e Empresas Portuguesas no Setor Agrícola"
1	Apresentação Compacto Lusófono na ALER	
Indicador	12	Grau de utilidade e adequação das iniciativas e seminários/missões empresariais às necessidades das empresas, consultores e banca nacionais na sua abordagem aos mercados das IFI (%)
UO Responsável		DCRI
Meta	70-90	
Indicador	13	% de Compactos específicos assinados com os PALOP (Compacto Lusófono)
UO Responsável		DCRI
Meta	67%	
Σ		Total de países 6 - assinatura de pelo menos 4 (percentagem de assinaturas)

QUAR		
Objetivo	6	Promover a construção da identidade e imagem corporativa do GPEARI
Indicador	14	Prazo de lançamento do novo Portal GPEARI (integrado no Projeto SIPA - Sistema Integrado de Processos e Atividades - SAMA2020)
UO Responsável		TODAS
Meta	365	
Σ		Lançamento do Site até final de dezembro

QUAR		
Objetivo	7	Garantir a operacionalização atempada dos atos relativos a alterações de posicionamento remuneratório, progressões e mudanças de nível ou escalão, nos termos do n.º 2 do art.º 16 da LOE de 2019
Indicador	15	Data de comunicação à SGMF da valorização remuneratória decorrente do processo de avaliação de desempenho para efeitos de processamento (dias úteis)
UO Responsável		DADO
Atividades		Concluir o SIADAP 3 nos prazos legais; Comunicação à SG dos colaboradores com progressão (despacho DRE)
Meta	4-6	
Σ		Artigo 16.º da LOE 2019

QUAR		
Objetivo	8	Melhorar a promoção de uma cultura de conciliação da vida profissional, familiar e pessoal
Indicador	16	Grau de satisfação dos trabalhadores com a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal
UO Responsável	TODAS	
Atividades	Caixa de Sugestões Get together meetings Regulamento Horário de Trabalho	
Meta	3,7-3,9	
Σ		Relatório Anual de Satisfação Colaboradores Artigo 25.º da LOE 2019

QUAR		
Objetivo	9	Melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo GPEARI
Indicador	17	Grau de satisfação dos gabinetes governamentais (escala de 1 a 5)
UO Responsável		TODAS
Meta	4,15-4,45	
Σ		Relatório Anual de Satisfação Gabinetes

Indicador	18	Grau de satisfação dos utilizadores (escala de 1 a 5)
UO Responsável		TODAS
Meta	4,0-4,2	
Σ		Relatório Anual de Satisfação Utilizadores

EXTRA QUAR		
Objetivo	10	Melhorar o modelo macroeconómico da economia portuguesa
Indicador	19	Grau de execução dos módulos revistos (módulos - procura, oferta, financiamento e AP)
UO Responsável		DAEP; DPFP
Meta	15%	
Σ		Procura
		Oferta
		Financiamento
		AP

EXTRA QUAR			
Objetivo	11	Garantir a disponibilização de informação estatística, macro-financeira e orçamental	
Indicador	20	Número de publicações e relatórios estatísticos disponibilizados no sítio da internet do GPEARI	
UO Responsável	DAEP; DPFP; DCRI		
Meta	317	UO Responsável	
Σ	12	Boletim Mensal da Economia Portuguesa (parceria)	DAEP; DPFP
	240	Síntese Diária dos Indicadores de Conjuntura	DAEP; DPFP
	12	Dossier de Indicadores de Conjuntura	DAEP; DPFP
	11	Notas - Situação Económica Internacional	DAEP; DPFP
	12	Atualização Indicadores Coincidentes	DAEP; DPFP
	12	Portugal Latest Key Development	DAEP; DPFP
	6	Dossiers Finanças Públicas (PT e CI)	DAEP; DPFP
	12	Nota da dívida	DAEP; DPFP
	1	Pager anual sobre o retorno para Portugal da participação nas Instituições Financeiras Internacionais	DCRI

EXTRA QUAR		
Objetivo	12	Fomentar a disponibilização de informação de reporte no âmbito do Acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico de Portugal e das outras missões europeias e internacionais
Indicador	21	Prazo médio para apresentação dos Relatórios Técnicos de reporte das missões, contado a partir do último dia de cada missão semestral (dias)
UO Responsável		DPGE
Meta	6-10	
Σ		Relatórios de cada Missão do pós-Programa e de outras missões regulares

Indicador	22	Prazo de disponibilização do scoreboard à tutela (horas)
UO Responsável		DPGE; DAEP; DFPF; DSF; DCMIPE
Meta	4-8	
Σ		Documento síntese das diversas reuniões enviado ao GMF

EXTRA QUAR		
Objetivo	13	Coordenar o Acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico de Portugal e de outras missões regulares de instituições europeias e internacionais
Indicador	23	Número de reuniões organizadas
UO Responsável	DPGE; DAEP; DPFP; DSF; DCMIFE	
Atividades	Reuniões no âmbito das missões e de monitorização regular dos processos em curso	
Meta	170-210	
Σ	4	Reuniões Macro
	4	Fiscal Outlook
	50	Reuniões de Preparação
	140	Reuniões com Instituições

Indicador	24	Número de reportes às instituições europeias e internacionais
UO Responsável	DPGE	
Atividades	Reportes regulares de informação às instituições	
Meta	145-175	
Σ	60	Data Provision
	50	Week Developments
	40	Outros (inclui documentos enviados no âmbito de outras missões)

EXTRA QUAR		
Objetivo	14	Garantir a coordenação da posição do MF nas questões relativas ao Brexit
Indicador	25	% de resposta a pedidos relativos ao Brexit
UO Responsável		DPGE
Atividades		Resposta a questões referentes ao Orçamento da UE e à fiscalidade e alfândegas
Meta	6	
	6	Pedidos de posição do Ministério das Finanças em preparação das reuniões do Conselho, Art.º 50 e Pontos Focais

EXTRA QUAR		
Objetivo	15	Garantir a coordenação da posição do MF nas questões relativas ao Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia
Indicador	26	% de resposta a pedidos relativos ao Quadro Financeiro Plurianual
UO Responsável		DPGE
Atividades		Resposta a questões referentes a Recursos Próprios da União Europeia e outras no âmbito do QFP
Meta	22	
Σ	8	Pedidos de posição do Ministério das Finanças em preparação das reuniões do Conselho Ad-hoc QFP
	6	Pedidos de posição do Ministério das Finanças relativamente às propostas para instrumentos setoriais no contexto do QFP
	8	Pedidos de posição do Ministério das Finanças em preparação das reuniões do Grupo de Trabalho sobre os Recursos Próprios

EXTRA QUAR		
Objetivo	16	Apoiar a ação do MF na definição de prioridades no âmbito de uma política de cooperação estruturante com as Instituições Financeiras Internacionais (IFI) e das Instituições Financeiras Europeias (IFE), designadamente através da criação e a dinamização de instrumentos financeiros e de cooperação técnica
Indicador	27	Número de recomendações e pareceres destinados a promover a criação e a dinamização de instrumentos financeiros e de cooperação técnica
UO Responsável		DCRI
Atividades		Propostas que visam a concretização de iniciativas que potenciem, por exemplo, a internacionalização de empresas, consultores e banca nacional Elaborar recomendações e pareceres sobre propostas de criação/renovação de instrumentos financeiros
Meta	24	
Σ	15	Acordos de princípio BEI e CEB
	1	Proposta de financiamento de um projeto via Trust Fund português junto do Banco Interamericano de Desenvolvimento
	1	Propostas no âmbito do Trust Fund português na IFC/Banco Mundial
	1	Proposta de reconstituição do Trust Fund português junto do Banco Africano de Desenvolvimento
	6	Compactos específicos por país (Ang, CV, GB, GEq, Moç, STP)

EXTRA QUAR		
Objetivo	17	Assegurar a execução de acordos bilaterais e de programas de cooperação e assistência técnica, no âmbito de uma política de cooperação estruturante nos países de língua oficial portuguesa e outros países parceiros
Indicador	28	Número de relatórios de conjuntura macroeconómica elaborados no âmbito dos Acordos de Cooperação Económica e Cambial
UO Responsável		DCRI
Atividades		Execução do Acordo de Cooperação Cambial com Cabo Verde e do Acordo de Cooperação Económica com São Tomé e Príncipe
Meta	4	
Σ	2	Relatórios Unidade de Acompanhamento Macroeconómico de Cabo Verde (1 no 1.º semestre; 1 no 2.º semestre)
	2	Relatórios Unidade de Acompanhamento Macroeconómico de São Tomé e Príncipe (1 no 1.º semestre; 1 no 2.º semestre)

Podem ser acrescentadas as linhas necessárias

Indicador	29	Número de Atas contendo recomendações e de Relatórios aos Governos e à UE por parte da COMACC e COMACE
UO Responsável		DCRI
Atividades		Execução do Acordo de Cooperação Cambial com Cabo Verde e do Acordo de Cooperação Económica com São Tomé e Príncipe
Meta	8	
Σ	1	Relatório Anual aos Governos sobre implementação do Acordo de Cooperação Cambial com CV
	1	Relatório Anual aos Governos sobre implementação do Acordo de Cooperação Económica com STP
	1	Relatório Anual às Instituições Europeias sobre implementação do Acordo de Cooperação Cambial com CV
	1	Relatório Anual às Instituições Europeias sobre implementação do Acordo de Cooperação Económica com STP
	2	Atas das reuniões da Comissão do Acordo de Cooperação Cambial com CV (1 semestre)
	2	Atas das reuniões da Comissão do Acordo de Cooperação Económica com STP (1 semestre)

Podem ser acrescentadas as linhas necessárias

Indicador	30	Grau médio de execução dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica
UO Responsável		DCRI
Atividades		*Desenvolver ações no âmbito do papel de coordenador e financiador dos Programas de Cooperação Técnica (PICAT Aduaneiro CPLP, PICAT IGF CPLP, PIPATFin TL), mediante a disponibilização de recursos, quer financeiros, quer humanos, para o efeito. *Explorar oportunidades e estruturas de cofinanciamento multilateral para financiar atividades nacionais de cooperação e assistência técnica bilateral no âmbito das finanças públicas. * Estimular a realização de outras iniciativas, no âmbito da CPLP, na esfera de competências do Ministério das Finanças, como forma de aprofundar a cooperação económica e financeira entre os Estados-membros, designadamente a realização: * da Reunião de Ministros das Finanças; * do II Fórum de Instituições do Tesouro e Gestoras da Dívida Pública no âmbito da CPLP; * de Seminários nas áreas fiscal e aduaneira.
Meta	85%-95%	
Σ		

EXTRA QUAR			
Objetivo	18	Assegurar a implementação, monitorização e avaliação de políticas públicas transversais (SIADAP 1, Programa Pagar a Tempo e Horas; Políticas de Igualdade e Não Discriminação)	
Indicador	31	% de cumprimento dos prazos fixados no âmbito da avaliação de serviços	
UO Responsável	DADO		
Meta	80%-90%		
Σ	9	20-30 dias	Pareceres com análise crítica
	2	10-15 dias	Relatórios de monitorização dos QUAR dos serviços do MF (1º semestre e 3º semestre)
	1	270 dias	Relatório de análise comparada (2017 e 2018)
	9	10-15 dias	QUAR e Planos de Atividades

Indicador	32	Número de reportes no âmbito da monitorização do Programa Pagar a Tempo e Horas	
UO Responsável	DADO		
Meta	4		
Σ	2	Envio para publicitação (abril e setembro de 2019)	
	2	Reportes no âmbito do Processo de Infração n.º 2017/2037 - Atrasos de pagamento nas transações comerciais	

Indicador	33	Número de reportes no âmbito das Políticas de Igualdade e Não Discriminação e Combate ao tráfico de seres humanos	
UO Responsável	DADO		
Meta	5		
Σ	2	Relatório de execução da ENIND	
	1	Relatório de execução do IV PAPCTSH	
	2	Monitorização da implementação da Lei 62/2017	

EXTRA QUAR		
Objetivo	19	Melhorar o processo de elaboração dos instrumentos de gestão do GPEARI
Indicador	34	Prazo de conclusão do AMIGplus - Upgrade da Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão
UO Responsável	DADO	
Atividades	QUAR, PA e RA do GPEARI Monitorização semestral e 3.º trimestre	
Meta	270	
Σ	270	AMIGPlus (setembro 2019)

Podem ser acrescentadas as linhas necessárias

Indicador	35	Número de instrumentos de controlo de gestão atualizados e/ou elaborados
UO Responsável	DADO	
Meta	15-20	
Σ	1	Manual de Controlo Interno
	1	Aplicação de Gestão de Economato
	1	Aplicação de Gestão de Inventário
	1	Reporte Cópia e Impressão
	1	Reporte de Deslocações e Estadas
	1	Dashboard Execução Orçamental
	1	Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas atualizado
	1	Ficheiro RH Efetivos atualizado
	1	Controlo de Contratos - Faturação
	1	Controlo de Pagamentos e Ajudas de Custo
	1	Balanço Social DGAEP
	1	Reporte SIOE
	1	Relatório Formação INA
	1	Controlo e Monitorização do Processo de Descongelamento de Carreiras, Progressões e Promoções
	1	Aplicação de Gestão de Fundo de Maneio - reconstituição trimestral
	1	Mapa de registo de utilização de viaturas, manutenções, reparações, consumos e quilómetros percorridos
	1	Regulamento interno de uso de veículos do GPEARI
1	Mapa de afetação do parque informático	
1	Mapa de registo de software e licenças	

EXTRA QUAR		
Objetivo	20	Assegurar o apoio técnico e administrativo nas áreas de recursos humanos, financeiros, aprovisionamento e património e TIC
Indicador	36	Grau de satisfação dos utilizadores internos
UO Responsável		DADO
Atividades		Recursos humanos, financeiros, aprovisionamento e património, Avaliação de desempenho de dirigentes e trabalhadores, Expediente e arquivo, TIC, Estatísticas macroeconómicas e informação de gestão
Meta	[3,6; 4]	
Σ		Relatório Anual de Satisfação Utilizadores

EXTRA QUAR			
Objetivo	21	Dinamizar a cultura organizacional e os suportes de comunicação	
Indicador	37	% de execução do SIPA - Sistema Integrado de Processos e Atividades (Candidatura SAMA2020)	
UO Responsável	TODAS		
Atividades	Execução das atividades (9) previstas no processo de candidatura SAMA Nota: % de atividades iniciadas		
Meta	40-50%		
	1	1	Diagnóstico interno: arquitetura empresarial e impacto de diplomas legais
		2	Diagnóstico externo: necessidades das empresas
	1	3	Conceção interna: instrumentos de gestão da informação, melhoria de processos, política de proteção de dados pessoais e requisitos para arquivo digital
		4	Conceção externa: especificação de serviços para empresas
	1	5	Implementação interna: desmaterialização de processos e arquivo digital (2019)
		6	Implementação interna: desmaterialização de processos e arquivo digital (2020)
		7	Implementação externa: implementação piloto de serviços para empresas
	1	8	Implementação externa: reformulação do web site
		9	Divulgação externa: produção e impressão de materiais de promoção e divulgação
	44%	Dossier (em formato digital, de preferência) por cada candidatura SAMA2020 a efetuar/realizada	

Indicador	38	Prazo de conclusão do projeto da nova imagem - logótipo e imágética	
UO Responsável	TODAS		
Atividades	Manual de normas gráficas, Templates e estacionário, Cartões de visita e identificação, Publicações		
Meta	365		
Σ			